

César Dario Mariano da Silva

**LEI DE
EXECUÇÃO
PENAL
COMENTADA**

**2ª Edição
Revista e Atualizada**

Curitiba
Juruá Editora
2019

www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-8907-6



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ermani de Carvalho Pacheco

Silva, César Dario Mariano da.

S586 Lei de execução penal comentada./ César Dario
Mariano da Silva./ 2ª edição./ Curitiba: Juruá,
2019.
484p.

1. Direito penal. 2. Execução penal. I. Título.

CDD 345.05 (22.ed.)

CDU 344.2

BISAC LAW 026000

00055

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

Título I Do Objeto e da Aplicação da Lei de Execução Penal

Art. 1º	41
1.1 Objetivo da Execução Penal	41
1.2 Teorias Sobre a Pena.....	42
1.3 Características da Pena	43
1.4 Vedações	43
1.5 Espécies de Pena.....	44
1.6 Finalidades da Pena	44
1.7 Princípios Fundamentais do Direito Penal	45
1.7.1 Princípio da legalidade (ou da reserva legal) e da anterioridade	46
1.7.2 Princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa	48
1.7.3 Princípio da intervenção mínima.....	49
1.7.4 Princípio da insignificância	51
1.7.5 Princípio da ofensividade	52
1.7.6 Princípio da culpabilidade	52
1.7.7 Princípio da humanidade das penas.....	54
1.7.8 Princípio da personalidade da pena	54
1.7.9 Princípio da proporcionalidade da pena	55
1.7.10 Princípio da individualização da pena.....	56
1.7.11 Princípio da proibição da dupla valoração (<i>ne bis in idem</i>)	57

Art. 2º	58
2.1 Jurisdicionalização da Execução Penal.....	58
2.2 Presos Provisórios e os Condenados pela Justiça Eleitoral ou Militar (parágrafo único).....	59
2.3 Condenado e Condenado Definitivo	61
2.4 Procedimentos Internos.....	61
Art. 3º	62
3.1 Perda e Manutenção de Direitos	62
3.2 Proibição de Discriminação (parágrafo único)	63
3.3 Efeitos da Condenação.....	63
3.3.1 Generalidades.....	63
3.3.2 Reparação <i>ex delicto</i>	64
3.3.3 Confisco	65
3.3.4 Perda do cargo, função pública ou mandato eletivo	66
3.3.5 Incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela	68
3.3.6 Inabilitação para dirigir veículo	69
Art. 4º	70
4.1 Participação da Comunidade.....	70

Título II Do Condenado e do Internado

Capítulo I Da Classificação

Art. 5º	70
5.1 Classificação dos Condenados	70
Art. 6º	71
6.1 Comissão Técnica de Classificação	71
Art. 7º	72
7.1 Composição da Comissão Técnica de Classificação.....	72

Art. 8º	72
8.1 Exame Criminológico	73
Art. 9º	74
9.1 Diligências Realizadas pela Comissão Técnica de Classificação	74
Art. 9º-A	75
9-A.1 Perfil Genético	76

Capítulo II **Da Assistência**

Seção I **Disposições Gerais**

Art. 10	80
10.1 Assistência ao Preso e ao Internado	80
Art. 11	81
11.1 Espécies de Assistência	81

Seção II **Da Assistência Material**

Art. 12	81
12.1 Assistência Material	81
Art. 13	82
13.1 Instalações e Serviços	82

Seção III **Da Assistência à Saúde**

Art. 14	82
14.1 Assistência à Saúde	83

Seção IV Da Assistência Jurídica

Art. 15.....	83
15.1 Assistência Jurídica.....	83
Art. 16.....	84
16.1 Defensoria Pública.....	85

Seção V Da Assistência Educacional

Art. 17.....	86
17.1 Assistência Educacional.....	86
Art. 18.....	87
18.1 Ensino Fundamental.....	87
Art. 18-A.....	88
18-A.1 Ensino Médio.....	88
Art. 19.....	89
19.1 Ensino Profissional.....	89
Art. 20.....	89
20.1 Convênios	89
Art. 21.....	90
21.1 Bibliotecas.....	90
Art. 21-A.....	90
21-A.1 Censo Penitenciário	91

Seção VI Da Assistência Social

Art. 22.....	91
22.1 Assistência Social.....	91

Art. 23.....	91
23.1 Incumbência do Serviço de Assistência Social.....	92

Seção VII Da Assistência Religiosa

Art. 24.....	93
24.1 Assistência Religiosa	93

Seção VIII Da Assistência ao Egresso

Art. 25.....	94
25.1 Assistência ao Egresso	94
Art. 26.....	95
26.1 Definição de Egresso.....	95
Art. 27.....	96
27.1 Obtenção de Trabalho	96

Capítulo III Do Trabalho Seção I Disposições Gerais

Art. 28.....	96
28.1 Direito ao Trabalho	97
Art. 29.....	98
29.1 Remuneração do Trabalho (<i>caput</i>).....	98
29.2 Destino da Remuneração do Preso (§ 1º).....	99
29.3 Pecúlio (§ 2º).....	99
29.4 Extensão aos Internados.....	100
Art. 30.....	100
30.1 Prestação de Serviços à Comunidade	100

Seção II Do Trabalho Interno

Art. 31.....	101
31.1 Obrigatoriedade do Trabalho	101
31.2 Preso Provisório (parágrafo único)	102
Art. 32.....	102
32.1 Atribuição do Trabalho	102
32.2 Idosos, Doentes e Deficientes Físicos.....	103
Art. 33.....	103
33.1 Jornada de Trabalho	104
33.2 Horário Especial (parágrafo único).....	104
Art. 34.....	105
34.1 Gerenciamento do Trabalho.....	105
Art. 35.....	106
35.1 Bens e Produtos do Trabalho	106

Seção III Do Trabalho Externo

Art. 36.....	107
36.1 Trabalho Externo no Regime Fechado.....	107
Art. 37.....	108
37.1 Requisitos para o Trabalho Externo no Regime Fechado.....	108
37.2 Trabalho Externo no Regime Semiaberto	109

Capítulo IV Dos Deveres, dos Direitos e a Disciplina Seção I Dos Deveres

Art. 38.....	110
38.1 Deveres do Condenado. Regra Geral.....	110

Art. 39	111
39.1 Deveres do Condenado	112
39.1.1 Disciplina e cumprimento da sentença (I)	112
39.1.2 Obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se (II)	112
39.1.3 Urbanidade e respeito no trato com os demais condenados (III)	113
39.1.4 Conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão da ordem e da disciplina (IV)	113
39.1.5 Execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas (V).....	114
39.1.6 Submissão à sanção disciplinar imposta (VI).....	114
39.1.7 Indenização à vítima ou aos seus sucessores (VII).....	115
39.1.8 Indenização ao Estado das despesas realizadas(VIII).....	115
39.1.9 Higiene pessoal e asseio da cela ou do alojamento (IX)....	115
39.1.10 Conservação dos objetos de uso pessoal (X).....	116
39.2 Preso Provisório (parágrafo único)	116

Seção II Dos Direitos

Art. 40	116
40.1 Direitos do Preso. Regra Geral	116
Art. 41	117
41.1 Alimentação e Vestuário (I).....	118
41.2 Trabalho e Remuneração (II)	118
41.3 Previdência Social (III).....	118
41.4 Constituição de Pecúlio (IV).....	119
41.5 Tempo para Descanso e Recreação (V)	119
41.6 Exercício de Atividades (VI)	119
41.7 Assistência (VII)	120
41.8 Proteção Contra o Sensacionalismo (VIII)	120
41.9 Entrevista com o Advogado (IX)	120
41.10 Visitas (X)	121

41.11 Chamamento Nominal (XI)	122
41.12 Igualdade de Tratamento (XII).....	122
41.13 Audiência com o Diretor (XIII)	123
41.14 Representação e Petição (XIV).....	123
41.15 Comunicação com o Mundo Exterior (XV).....	123
41.16 Atestado de Pena a Cumprir (XVI).....	125
41.17 Suspensão ou Restrição dos Direitos (parágrafo único)	125
Art. 42.....	126
42.1 Preso Provisório e Internado.....	126
Art. 43.....	127
43.1 Médico Particular.....	127

Seção III
Da Disciplina
Subseção I
Disposições Gerais

Art. 44.....	127
44.1 Disciplina	128
Art. 45.....	129
45.1 Taxatividade das Sanções Disciplinares (<i>caput</i>).....	129
45.2 Restrição a Sanções (§ 1º).....	129
45.3 Cela Escura (§ 2º)	130
45.4 Sanções Coletivas (§ 3º)	130
Art. 46.....	130
46.1 Cientificação das Normas Disciplinares	130
Art. 47.....	131
47.1 Poder Disciplinar na Execução da Pena Privativa de Liberdade	131
Art. 48.....	132
48.1 Poder Disciplinar na Execução das Penas Restritivas de Direitos.....	132
48.2 Representação por Falta Grave	133

Subseção II

Das Faltas Disciplinares

Art. 49.....	134
49.1 Classificação das Faltas Disciplinares (<i>caput</i>).....	134
49.2 Punibilidade da Tentativa (parágrafo único).....	135
49.3 Prescrição da Falta Grave	135
Art. 50.....	136
50.1 Faltas Graves. Generalidades.....	136
50.2 Incitação ou Participação em Movimento para Subversão da Ordem ou da Disciplina (I)	137
50.3 Fuga (II)	138
50.4 Posse, Indevida, de Instrumento Capaz de Ofender a Integri- dade Corporal de Outrem (III)	138
50.5 Provocação de Acidente de Trabalho (IV).....	139
50.6 Descumprimento, no Regime Aberto, das Condições Im- postas (V).....	139
50.7 Inobservância dos Deveres Previstos nos incs. II e V do Art. 39, desta Lei (VI).....	140
50.8 Posse de Aparelho de Comunicação (VII).....	140
50.9 Presos Provisórios (parágrafo único).....	141
Art. 51.....	141
51.1 Falta Grave nas Penas Restritivas de Direitos	141
Art. 52.....	144
52.1 Prática de Fato Definido como Crime Doloso. Falta Grave.....	144
52.2 Regime Disciplinar Diferenciado. Generalidades.....	145
52.3 Requisitos.....	145
52.4 Duração	148
52.5 Inclusão Cautelar	149
52.6 Apuração	149
52.7 Execução.....	150
52.8 Constitucionalidade.....	150

Subseção III

Das Sanções e das Recompensas

Art. 53.....	152
53.1 Sanções Disciplinares. Generalidades	152
53.2 Advertência Verbal (I).....	153
53.3 Repreensão (II).....	153
53.4 Suspensão ou Restrição de Direitos (III)	153
53.5 Isolamento Celular (IV).....	154
53.6 Regime Disciplinar Diferenciado (V).....	154
53.7 Especificação das Sanções	154
Art. 54.....	155
54.1 Competência para Aplicação das Sanções	156
Art. 55.....	156
55.1 Recompensas.....	156
Art. 56.....	157
56.1 Espécies de Recompensas.....	157

Subseção IV

Da Aplicação das Sanções

Art. 57.....	158
57.1 Dosimetria das Sanções	158
Art. 58.....	159
58.1 Tempo de Duração	159

Subseção V

Do Procedimento Disciplinar

Art. 59.....	160
59.1 Procedimento Disciplinar.....	160
Art. 60.....	162
60.1 Isolamento Preventivo	162

60.2 Inclusão Cautelar no Regime Disciplinar Diferenciado	162
60.3 Cômputo no Período da Sanção (parágrafo único).....	163

Título III
Dos Órgãos da Execução Penal
Capítulo I
Disposições Gerais

Art. 61	163
61.1 Órgãos da Execução.....	163

Capítulo II
Do Conselho Nacional de Política
Criminal e Penitenciária

Art. 62	164
62.1 Vinculação.....	164
Art. 63	164
63.1 Composição e Mandato.....	164
Art. 64	165
64.1 Atribuições.....	166

Capítulo III
Do Juízo da Execução

Art. 65	168
65.1 Competência	168
Art. 66	170
66.1 Competência do Juiz da Execução.....	170
66.2 Aplicação de Lei Mais Benéfica (I)	171
66.3 Extinção da Punibilidade (II)	173
66.4 Soma das Penas (III, a)	175
66.5 Unificação das Penas (III, a)	176

66.6 Limite das Penas	176
66.7 Progressão ou Regressão de Regime (III, b).....	176
66.8 Detração (III, c)	177
66.9 Remição (III, c).....	177
66.10 Suspensão Condicional da Pena (III, d).....	178
66.11 Livramento Condicional (III, e).....	180
66.12 Incidentes da Execução (III, f).....	180
66.13 Saídas Temporárias (IV)	180
66.14 Penas Restritivas de Direitos (V, a, b e c).....	181
66.15 Medidas de Segurança (V, d, e, e f)	181
66.16 Remoção e Transferência (V, g e h).....	182
66.17 Medidas Administrativas (VI, VII, VIII, IX e X)	182

Capítulo IV Do Ministério Público

Art. 67	184
67.1 Atribuições do Ministério Público na Execução Penal. Regra Geral	184
Art. 68	186
68.1 Atribuições do Ministério Público no Processo de Execução.....	186

Capítulo V Do Conselho Penitenciário

Art. 69	188
69.1 Conselho Penitenciário	188
Art. 70	189
70.1 Atribuições do Conselho Penitenciário.....	189
70.2 Parecer Sobre Indulto e Comutação de Pena (I).....	189
70.3 Parecer Sobre Livramento Condicional.....	190
70.4 Inspeção dos Estabelecimentos e Serviços Penais (II)	190
70.5 Apresentação de Relatório (III).....	190
70.6 Supervisão dos Patronatos e Assistência aos Egressos (IV).....	191

Capítulo VI
Dos Departamentos Penitenciários
Seção I
Do Departamento Penitenciário Nacional

Art. 71.....	191
71.1 Departamento Penitenciário Nacional	191
Art. 72.....	192
72.1 Atribuições do Departamento Penitenciário Nacional.....	192

Seção II
Do Departamento Penitenciário Local

Art. 73.....	194
73.1 Departamento Penitenciário Local.....	194
Art. 74	194
74.1 Atribuições do Departamento Penitenciário Local	194

Seção III
Da Direção e do Pessoal dos
Estabelecimentos Penais

Art. 75.....	195
75.1 Requisitos.....	195
Art. 76.....	196
76.1 Quadro de Pessoal.....	196
Art. 77.....	196
77.1 Escolha do Pessoal.....	196

Capítulo VII
Do Patronato

Art. 78.....	197
78.1 Patronato	197

Art. 79.....	197
79.1 Outras Funções	197

Capítulo VIII Do Conselho da Comunidade

Art. 80	198
80.1 Conselho da Comunidade	198
Art. 81.....	199
81.1 Atribuições do Conselho da Comunidade.....	199

Capítulo IX Da Defensoria Pública (Incluído pela Lei 12.313, de 2010)

Art. 81-A.....	200
81-A.1 Defensoria Pública.....	200
Art. 81-B.....	201
81-B.1 Atribuições da Defensoria Pública.....	202

Título IV Dos Estabelecimentos Penais Capítulo I Disposições Gerais

Art. 82.....	202
82.1 Estabelecimentos Penais. Disposições Gerais	203
Art. 83.....	204
83.1 Dependências	204
83.2 Instalações Especiais.....	204
Art. 83-A.....	205
83-A.1 Terceirização.....	206

Art. 83-B	206
83-B.1 Atividades Indelegáveis	207
Art. 84	207
84.1 Separação dos Presos. Regra Geral (<i>caput</i>)	208
84.2 Presos Provisórios (§ 1º).....	208
84.3 Funcionário da Administração da Justiça Criminal (§ 2º)	208
84.4 Presos Condenados (§ 3º)	209
84.5 Seguro (§ 4º)	209
Art. 85	210
85.1 Lotação do Estabelecimento Penal	210
Art. 86	211
86.1 Transferência para Outros Estados para Execução da Sanção (<i>caput</i> e § 1º)	211
86.2 Liberados ou Egressos (§ 2º)	212
86.3 Competência (§ 3º).....	213

Capítulo II

Da Penitenciária

Art. 87	213
87.1 Penitenciária.....	214
87.2 Regime Fechado.....	214
87.3 Penitenciária Destinada aos Presos Incluídos no Regime Disciplinar Diferenciado (parágrafo único).....	214
Art. 88	215
88.1 Requisitos da Unidade Celular.....	215
88.2 Capacidade Máxima.....	216
Art. 89	217
89.1 Penitenciária de Mulheres.....	217
Art. 90	218
90.1 Localização da Penitenciária.....	218

Capítulo III

Da Colônia Agrícola, Industrial ou Similar

Art. 91.....	218
91.1 Colônia Agrícola, Industrial ou Similar	218
91.2 Regime Semiaberto	218
Art. 92.....	219
92.1 Instalações	219
92.2 Capacidade	219

Capítulo IV

Da Casa do Albergado

Art. 93.....	220
93.1 Casa do Albergado	220
93.2 Regime Aberto	220
93.3 Limitação de Fim de Semana.....	221
Art. 94.....	221
94.1 Localização	221
Art. 95.....	221
95.1 Instalações.....	222
95.2 Capacidade.....	222

Capítulo V

Do Centro de Observação

Art. 96.....	223
96.1 Centro de Observação	223
Art. 97.....	223
97.1 Instalação	223
Art. 98.....	224
98.1 Ausência de Centro de Observação.....	224

Capítulo VI
Do Hospital de Custódia e
Tratamento Psiquiátrico

Art. 99.....	224
99.1 Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.....	224
99.2 Inimputáveis.....	225
99.3 Semi-imputáveis	226
Art. 100.....	227
100.1 Exames Necessários ao Tratamento.....	227
Art. 101.....	227
101.1 Tratamento Ambulatorial	227

Capítulo VII
Da Cadeia Pública

Art. 102.....	229
102.1 Cadeia Pública	229
Art. 103.....	229
103.1 Quantidade	229
Art. 104.....	230
104.1 Estabelecimento	230

Título V
Da Execução das Penas em Espécie
Capítulo I
Das Penas Privativas de Liberdade
Seção I
Disposições Gerais

Art. 105.....	231
105.1 Guia de Recolhimento.....	231
105.2 Guia de Recolhimento Provisória	232
105.3 Execução Provisória da Sentença Condenatória.....	234

Art. 106.....	235
106.1 Requisitos da Guia de Recolhimento.....	236
Art. 107.....	237
107.1 Envio, Recebimento e Registro das Guias de Recolhimento.....	238
Art. 108.....	239
108.1 Doença Mental. Internamento em Hospital.....	239
Art. 109.....	241
109.1 Cumprimento ou Extinção da Pena.....	241

Seção II Dos Regimes

Art. 110.....	241
110.1 Regimes Penitenciários e Espécies de Pena Privativa de Liberdade.....	242
110.2 Fixação do Regime de Cumprimento de Pena.....	243
110.3 Regras do Regime Fechado.....	244
110.4 Regime Inicial de Cumprimento de Pena para os Conde- nados por Crimes Hediondos ou Equiparados.....	246
110.5 Regras do Regime Semiaberto.....	248
110.6 Regras do Regime Aberto.....	249
Art. 111.....	251
111.1 Fixação do Regime pela Soma das Penas.....	251
111.2 Fixação do Regime pela Unificação das Penas.....	256
111.3 Unificação pelo Limite das Penas.....	256
111.4 Detração.....	258
Art. 112.....	265
112.1 Sistema Progressivo de Regime.....	266
112.2 Progressão de Regime Prisional.....	266
112.3 Progressão de Regime nos Crimes Contra a Administração Pública.....	270
112.4 Progressão de Regime nos Crimes Hediondos e Equiparados.....	271
112.5 Progressão Especial de Regime para Mulher Gestante, Mãe ou Responsável por Criança ou Pessoa com Deficiência.....	274

112.6 Progressão de Regime a Estrangeiro em Situação Irregular	279
112.7 Falta Grave	279
112.8 Inexistência de Vaga.....	280
Art. 113.....	282
113.1 Ingresso no Regime Aberto.....	282
Art. 114.....	283
114.1 Condições para o Ingresso no Regime Aberto	283
Art. 115.....	284
115.1 Condições Gerais e Obrigatórias.....	284
115.2 Condições Especiais.....	285
Art. 116	285
116.1 Modificação das Condições do Regime Aberto	286
Art. 117.....	286
117.1 Prisão Domiciliar	286
Art. 118.....	287
118.1 Regressão	288
118.2 Regressão e Regime Aberto	288
118.3 Oitiva.....	290
118.4 Sustação Cautelar de Regime.....	291
Art. 119.....	292
119.1 Normas Complementares para o Regime Aberto.....	292

Seção III
Das Autorizações de Saída
Subseção I
Da Permissão de Saída

Art. 120.....	292
120.1 Autorizações de Saída	293
120.2 Permissão de Saída	293
Art. 121.....	294
121.1 Duração da Medida	294

Subseção II Da Saída Temporária

Art. 122.....	295
122.1 Saída Temporária	295
Art. 123.....	296
123.1 Requisitos.....	297
Art. 124.....	299
124.1 Prazo e Condições.....	299
Art. 125.....	300
125.1 Revogação do Benefício	300
125.2 Recuperação do Direito (parágrafo único).....	301

Seção IV Da Remição

Art. 126.....	302
126.1 Remição pelo Trabalho e pelo Estudo	303
Art. 127.....	306
127.1 Perda dos Dias Remidos	306
Art. 128.....	307
128.1 Remição como Pena Cumprida.....	307
Art. 129.....	307
129.1 Encaminhamento da Cópia do Registro dos Dias Remidos.....	308
Art. 130.....	308
130.1 Falsidade Ideológica	308

Seção V Do Livramento Condicional

Art. 131.....	309
131.1 Generalidades.....	309
131.2 Pressupostos Objetivos	309
131.3 Pressupostos Subjetivos.....	312

131.4 Legitimidade	314
131.5 Detração Penal	314
131.6 Passagem pelos Demais Estágios de Cumprimento de Pena	315
131.7 Interrupção do Prazo para o Livramento em Decorrência de Falta Grave.....	315
131.8 Concessão de Livramento Condicional a Estrangeiro em Situação Irregular.....	317
131.9 Cálculo da Pena.....	318
Art. 132.....	319
132.1 Condições.....	319
Art. 133.....	320
133.1 Residência Fora da Comarca	320
Art. 134.....	320
134.1 Apresentação Imediata à Autoridade	320
Art. 135.....	320
135.1 Baixa ao Juízo da Execução.....	320
Art. 136.....	321
136.1 Expedição da Carta de Livramento.....	321
Art. 137.....	321
137.1 Cerimônia do Livramento	321
Art. 138	322
138.1 Saída do Liberado	322
Art. 139.....	322
139.1 Observação Cautelar e Proteção do Liberado.....	323
Art. 140.....	323
140.1 Revogação do Livramento	323
140.2 Causas de Revogação Obrigatória	324
140.3 Causas de Revogação Facultativa.....	324
Art. 141.....	325
141.1 Efeitos da Revogação do Livramento Condicional	325
Art. 142.....	326
142.1 Revogação do Livramento por Outro Motivo.....	326

Art. 143	327
143.1 Iniciativa para a Revogação do Livramento	327
Art. 144	327
144.1 Modificação das Condições do Livramento.....	327
Art. 145	328
145.1 Prática de Outra Infração e Suspensão do Livramento.....	328
Art. 146	329
146.1 Expiração do Prazo do Livramento	329

Seção VI
Da Monitoração Eletrônica
(Incluída pela Lei 12.258, de 2010)

Art. 146-A	330
Art. 146-B	330
146-B.1 Monitoração Eletrônica	331
Art. 146-C	332
146-C.1 Cuidados e Deveres do Monitorado	333
Art. 146-D	333
146-D.1 Revogação da Monitoração.....	333

Capítulo II
Das Penas Restritivas de Direitos
Seção I
Disposições Gerais

Art. 147	335
147.1 Penas Restritivas de Direitos	335
147.2 Cominação	336
147.3 Substituição.....	337
147.4 Vedação da Substituição em Penas Restritivas de Direitos para o Condenado por Tráfico de Drogas e Condutas Correlatas.....	341
147.5 Execução.....	343

147.6 Prestação Pecuniária	344
147.7 Perda de Bens e Valores	345
Art. 148.....	345
148.1 Alteração	345

Seção II

Da Prestação de Serviços à Comunidade

Art. 149.....	346
149.1 Prestação de Serviços à Comunidade	346
Art. 150.....	348
150.1 Fiscalização.....	348

Seção III

Da Limitação de Fim de Semana

Art. 151	348
151.1 Limitação de Fim de Semana.....	348
Art. 152.....	349
152.1 Atividades	349
Art. 153.....	349
153.1 Fiscalização.....	349

Seção IV

Da Interdição Temporária de Direitos

Art. 154.....	350
154.1 Interdição Temporária de Direitos	350
154.2 Execução.....	352
Art. 155.....	353
155.1 Comunicação.....	353

Capítulo III

Da Suspensão Condicional

Art. 156.....	353
156.1 Generalidades.....	353
156.2 Natureza Jurídica	354
156.3 Pressupostos.....	355
156.4 Competência	356
156.5 Prorrogação do Período de Prova	357
156.6 <i>Sursis</i> e Crimes Hediondos.....	357
156.7 Suspensão Condicional do Processo.....	358
156.8 Outras Questões	362
156.8.1 <i>Sursis</i> simultâneos	362
156.8.2 <i>Sursis</i> sucessivos.....	362
156.8.3 <i>Sursis</i> e perdão judicial.....	362
156.8.4 Recusa ao <i>sursis</i>	363
156.8.5 <i>Sursis</i> e crime ambiental.....	363
156.8.6 Prorrogação do período de prova – diferença do livramento vondicional.....	363
Art. 157.....	364
157.1 Motivação Sobre a Suspensão Condicional da Pena	364
Art. 158.....	365
158.1 Período de Prova	365
158.2 Condições.....	366
158.3 Espécies.....	366
158.4 Fiscalização.....	368
Art. 159.....	368
159.1 Estabelecimento ou Modificação das Condições do <i>Sursis</i> pelo Tribunal	369
Art. 160.....	369
160.1 Audiência Admonitória	369
Art. 161.....	369
161.1 Não Comparecimento à Audiência Admonitória	369
Art. 162.....	370
162.1 Revogação.....	370

162.2	Causas de Revogação Obrigatória (art. 81, I, II e III, do CP).....	371
162.3	Causas de Revogação Facultativas (art. 81, § 1º, do CP)	372
162.4	Extinção da Pena (art. 82 do CP).....	372
Art. 163		373
163.1	Registro da Sentença Concessiva da Suspensão Condicional da Pena.....	373

Capítulo IV **Da Pena de Multa**

Art. 164		373
164.1	Pena de Multa. Generalidades.....	373
164.2	Aplicação.....	374
164.3	Cobrança e Execução da Multa.....	376
164.4	Legitimidade Ativa para a Execução da Pena de Multa	379
164.5	Prescrição da Pena de Multa	380
164.6	Impossibilidade de Conversão da Multa.....	381
164.7	Extinção da Punibilidade Sem o Pagamento da Multa	381
Art. 165		382
165.1	Penhora de Bem Imóvel.....	382
Art. 166		383
166.1	Penhora de Outros Bens.....	383
Art. 167		383
167.1	Superveniência de Doença Mental.....	383
Art. 168		383
168.1	Desconto no Vencimento ou Salário do Condenado.....	384
Art. 169		384
169.1	Parcelamento da Multa	384
Art. 170		385
170.1	Multa Cumulada com Privação de Liberdade.....	385

Título VI
Da Execução das Medidas de Segurança
Capítulo I
Disposições Gerais

Art. 171	386
171.1 Histórico.....	386
171.2 Generalidades.....	387
171.3 Início da Medida de Segurança.....	388
171.4 Diferença entre Penas e Medida de Segurança.....	389
171.5 Princípios Gerais.....	389
171.6 Pressupostos.....	389
171.7 Sistema Vicariante.....	391
171.8 Espécies e Imposição.....	392
171.9 Semi-imputabilidade.....	395
171.10 Exame de Insanidade Mental do Acusado.....	396
171.11 Prescrição.....	397
Art. 172	398
172.1 Guia de Internamento ou de Tratamento Ambulatorial.....	398
Art. 173	399
173.1 Guia de Internamento e de Tratamento Ambulatorial.....	400
Art. 174	400
174.1 Exame Criminológico.....	401

Capítulo II
Da Cessação da Periculosidade

Art. 175	402
175.1 Desinternação e Liberação.....	402
175.2 Procedimento.....	402
Art. 176	404
176.1 Antecipação do Exame.....	404
Art. 177	404
177.1 Exames Sucessivos.....	404
Art. 178	405
178.1 Desinternação e Liberação Condicional.....	405

178.2 Desinternação Progressiva	405
Art. 179	406
179.1 Trânsito em Julgado	406

Título VII
Dos Incidentes de Execução
Capítulo I
Das Conversões

Art. 180	407
180.1 Incidentes de Execução. Conceito	407
180.2 Conversões	407
180.3 Conversão do Regime Aberto em Pena Restritiva de Direitos.....	408
Art. 181	408
181.1 Conversão da Pena Restritiva de Direitos em Privativa de Liberdade.....	409
181.2 Hipóteses de Conversão Previstas no Código Penal.....	409
181.3 Conversão da Pena de Prestação de Serviços à Comunidade	410
181.4 Conversão da Pena de Limitação de Final de Semana	413
181.5 Conversão da Pena de Interdição Temporária de Direitos	414
181.6 Conversão da Pena Pecuniária e Perda de Bens e Valores.....	416
181.7 Fixação de Condições Especiais ao Regime Aberto	418
Art. 182	418
Art. 183	418
183.1 Conversão da Pena Privativa de Liberdade em Medida de Segurança	418
Art. 184	420
184.1 Conversão do Tratamento Ambulatorial em Internação	420

Capítulo II
Do Excesso ou Desvio

Art. 185	421
185.1 Excesso ou Desvio	421

Art. 186.....	422
186.1 Legitimidade para Suscitar o Incidente.....	422

Capítulo III Da Anistia e do Indulto

Art. 187.....	422
187.1 Anistia	422
Art. 188.....	424
188.1 Indulto Individual ou Graça	424
Art. 189.....	425
189.1 Petição da Graça	425
Art. 190.....	425
190.1 Diligências e Parecer.....	425
Art. 191.....	426
191.1 Remessa ao Presidente da República	426
Art. 192.....	426
192.1 Decisão.....	426
Art. 193.....	426
193.1 Indulto. Conceito e Requisitos	426
193.2 Procedimento	427
193.3 Vedação para Crimes Hediondos e Equiparados.....	427
193.4 Indulto e Falta Grave	428
193.5 Indulto em Medida de Segurança	429
193.6 Indulto da Pena de Multa	430
193.7 Indulto Humanitário.....	431
193.8 Súmula do Superior Tribunal de Justiça	431

Título VIII Do Procedimento Judicial

Art. 194.....	432
194.1 Procedimento Judicial.....	432
Art. 195.....	432

195.1	Legitimidade	432
Art. 196	433
196.1	Procedimento	433
196.2	Controle das Decisões dos Procedimentos para Apuração de Faltas Disciplinares	435
Art. 197	436
197.1	Agravo em Execução	436
197.2	Questões.....	438
197.2.1	Efeito suspensivo	438
197.2.2	Denegação de processamento do agravo	438
197.2.3	<i>Habeas Corpus</i> substitutivo a Recurso Ordinário.....	438

Título IX

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 198	439
198.1	Restrição de Informações.....	439
Art. 199	440
199.1	Emprego de Algemas	440
Art. 200	441
200.1	Preso Político e Trabalho	441
Art. 201	442
201.1	Prisão Civil e Administrativa	442
Art. 202	443
202.1	Sigilo Sobre as Informações Referentes à Condenação.....	443
202.2	Reabilitação.....	444
202.2.1	Conceito e efeitos.....	444
202.2.2	Pressupostos e requisitos.....	445
202.2.3	Procedimento	446
202.2.4	Revogação.....	448
202.2.5	Recurso.....	448
Art. 203	449
203.1	Normas Complementares ou Regulamentares (<i>caput</i>)	450

203.2 Obras de Infraestrutura Penitenciária (§§ 1º, 2º, 3º e 4º)	450
Art. 204.....	451
204.1 Vigência e Revogação.....	451
REFERÊNCIAS	453
ÍNDICE REMISSIVO	455